Director: MANUEL DA SILVA CAMPOS
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Adereço à Associação Internacional dos Trabalhadores
Publicação: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 250; Província, 3 meses 250; Africa Portuguesa, 6 meses 700; Estrangeiro, 6 meses 1100.

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA - PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALMA, 114 e 119
Este jornal não se publica às segundas-feiras. Não se devolvem os originais. — Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

SÁBADO, 20 DE JUNHO DE 1925

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VÓZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

PREÇO 30 CENTAVOS — ANO VII — N.º 210

O horário de trabalho

É assombroso o que se está passando com a execução do decreto sobre o horário de trabalho. Por essa provincia fora, o decreto não se cumpre, provocando a atitude dos patrões conflitos constantes com os operários.

As autoridades administrativas, às quais incumbem, segundo esse decreto, o fazê-lo cumprir, solidarizam-se com o patronato contra os operários!

O governo, que tão zeloso se mostrou a favor das forças-vivas, aceitando-lhes a sugestão das deportações, está no entanto queto e mudo a todas as reclamações e protestos, que vêm sendo feitos contra as forças-vivas que resolveram pura e simplesmente não fazer nenhum caso da legislação da República que não seja feita no seu próprio interesse.

O horário de trabalho, sem se ter ainda estabelecido o *habeas corpus*, é, afinal, uma ficção. A verdade é que, quando os patrões desrespeitam o horário de trabalho, há o recurso para as autoridades. Mas quando essas autoridades não fazem caso nenhum das reclamações?

Se não há *habeas corpus*, quem poderá fazer a devida justiça?

Ái tem o governo um assunto em que podia mostrar que não move nenhuma má vontade, nem indisposição contra a classe operária, dando razão a esta, que não faz senão reclamar o que, aliás, lhe foi já na lei concedido.

Talvez o governo não saiba que, por exemplo, em Mourão, a propósito do horário de trabalho, se diz: «Em Mourão, fazem a lei os que cá estão». Pois pelo resto da provincia é assim também: os que lá estão é que fazem a lei, e fazem-na ao sabor das suas conveniências.

O governo, que tanta energia mostrou contra os operários que mandou prender, que pensa fazer agora em face desta atitude de insubordinação das próprias autoridades administrativas que não fazem cumprir o decreto? Limita-se a oficiar-lhe para que cumpra a lei?

Nas vésperas de eleições, nós sabemos o que isso é. Pela mesma razão que até se deixa jogar a batota, para não ofender o influente eleitoral, vai-se deixar explorar e sacrificar a classe operária. O mais interessante é que essa gente, assim protegida, come a isca que o governo dá, e afasta-se do anzol, indo votar nos monárquicos...

A opinião conservadora e os assassinatos praticados pela policia

A muitas pessoas conservadoras, amigas da actual ordem social a que estão indistintamente ligadas pelos interesses, é vulgar ouvir-se afirmar a sua repulsa pelos crimes, e por todos os actos humanos que estão fora da lei. Começa-se um atentado e logo esses conservadores aparecem cheios de maior indignação a pedir um castigo inexorável e rápido para todos os culpados e mesmo para as pessoas que com elles de perto vivem, ainda que estejam inocentes.

Os jornais de grande circulação, essencialmente conservadores, porque estão enfeudados às grandes empresas capitalistas, fazem-se eco dessa indignação que transparece nos largos e comovedores relatos em que o autor do atentado é acoinhado de todos os defeitos, possui todas as taras menos as piores, e a vítima é sempre muito simpática, possui todas as qualidades, inclusive as melhores e é, pelo menos—um santo.

Esses mesmos jornais costumam falar prolixamente das ideias mais avançadas e afirmam sentenciosamente que as mais rasgadas esperanças podem existir e as mais largas reivindicações devem fazer-se—mas dentro da lei. A lei, o respeito pela lei, a obediência às normas jurídicas porque se rege a sociedade, são os chavões, os eternos chavões que com grande enfase se citam. O atentado seja a tiro, seja a bomba é inútil, é pernicioso, é desumano, merece a reprovação de todas as consciências bem formadas.

Muito bem. Agora, que a policia espanca presos, agora, que a policia assassina presos, onde estão esses inimigos dos crimes, esses defensores impenitentes da lei, de todas as normas jurídicas porque se regem as sociedades? Onde se meteram que os não vemos? Onde está a sua voz que os não ouve? Onde está a sua indignação que se não patencia?

Estão onde estavam—mas silenciosos. Estão onde estavam—mas aplaudindo baixinho e particularmente o que não os usam aprovar alto e publicamente. O crime ao vestir a farda de policia, tornou-se lei e lei superior a todas as leis, lei que revoga todas as leis! A pena de morte há longos anos ainda longe da monarchia cair, foi abolida. Em plena república, uma vibrante campanha feita contra um homem que, num mo-

DUAS ENTREVISTAS Em defesa dos direitos humanos

O dr. sr. Pestana Júnior, ex-ministro das Finanças, proclama a ilegalidade das deportações, condena a brutalidade das agressões policiaes e verbera o assassinato dos presos

O dr. sr. Pestana Júnior é um dos homens públicos de mais notoriedade na vida politica portuguesa. Jurista distinto, sub-leader da fracção esquerdista, alia a esta qualidade a de director das Cadeias Civis. O desassombro das suas opiniões no ultimo congresso partidário, criou-lhe um certo prestigio politico, que o conservatissimo portuguez vê com manifesta antipatia.

Ouvi-lo sobre as deportações sem julgamento era, não só um dever nosso, mas uma alta conveniência social.

Manhã cedo, quando a Lisboa trágica se agitava numa vida de trabalho, o *reporter* galgou a velha Sé e, discretamente, fazia-se anunciar ao director das cadeias.

Momento de espera, e somos introduzidos no confortável gabinete de trabalho do ex-ministro da Justiça do gabinete José Domingues dos Santos.

Cumprimento do estilo e um sorriso aquiescente diz-nos que o dr. Pestana Júnior dispunha-se a receber-nos.

Os nossos desejos revelados e a entrevista principia.

—O meu pensamento—disse—é, como não podia deixar de ser, absolutamente contrário a deportações. Sou contra o arbitrio e a liberdade.

As deportações sem julgamento, como as que vêm de realizar-se, são, não só anti-jurídicas, mas anti-democráticas. Nada as justifica, por mais interpretações que lhes dê.

—Todavia o governo...
—Bem sei o que se alega. É legítimo.
—Eu sou dos que reconhecem que a sociedade não pode estar à mercê desses criminosos vulgares. Autores de assaltos a clubes, a cobradores, autores de atentados dinamitistas e a tiro, devem ser punidos severamente como manda a própria segurança do cidadão.

—E como entende que deve ser exercida essa defesa?
—Possuímos leis que a garantem. E, note, a celebridade de que gozou a «Legião Vermelha» nunca existira se os jurados não manifestassem tanta cobardia e os serviços judiciários não enfermassem de tantas deficiências. A isto se deve o estado de espírito a que fomos conduzidos.

—Mas entre os deportados há inocentes expiando delictos alheios!
—Perfeitamente. Não quero mesmo confundir ideais generosos com cenas de bandidismo. A organização operária, pela bôca dos seus prestimosos militantes, tem muito dignamente varrido a testada. Não podemos baralhar no mesmo monturo o homem que luta por uma ideia e o bandido que rouba ou assassina por prazer.

—Para estes aceita a deportação?
—Nem para estes a minha qualidade de jurista podia aceitar semelhante precedente.

—Mesmo que fossem parricidas, criminosos que minha sensibilidade mais repugna, eu nunca aceitaria uma deportação sem julgamento.

O tinar da companhia do telefone cortou a exposição do nosso interlocutor. E enquanto o nosso entrevistado falava com entusiasmo, sobre a sua mesa de trabalho alguns livros de direito e várias publicações dormiam solenemente. Alguns minutos depois o dr. Pestana Júnior voltava e a entrevista era tratada.

As deportações são absolutamente ilegais

—E' então arbitraria a medida do governo?
—Absolutamente ilegal. O governo se quizesse recorrer a medidas profiláticas contra os inimigos da sociedade, como já disse, medidas legais. Se quizesse fazer julgar os presos fora da comarca onde se passou o suposto delicto, podia aproveitar-se da faculdade que lhe confere a Novissima Reforma Judiciária, como é notório e foi aplicado ao preso Manuel Ramos, julgado há meses em Coimbra.

—E não é excepcional essa medida?
—Não. Bastava que o Supremo Tribunal de Justiça o determinasse como o fez para o preso a que me referi. Uma vez assim, os presos seriam julgados em qualquer comarca da provincia.

—Aventemos a hipótese de que o governo tinha conveniência em julgar os delictos fora do continente. Podia realizar os julgamentos nos Açores e ali o tribunal decidiria do destino dos presos. Se interdiçasse a residência de alguns dos julgados no continente e a fixasse na Guiné, ninguém podia considerar o *verdictum* como uma arbitrariedade. Era legal, e por isso devia ser respeitado.

—Mas não daria motivo a inconvenientes?
—Não, senhor! Pelo contrário. O arguido ainda seria beneficiado, como lhe vou explicar.

Uma pequena pausa interrompe a entrevista. O dr. sr. Pestana faz um cigarro que vagarosamente acendeu, e cautelosamente, e executasse sumariamente, barbaramente, um preso.

Diamantino da Anunciação foi assassinado cobardemente a tiro. Domingos Pereira foi também—cobardemente assassinado a tiro. A pesar das aprensões que sofremos, a pesar do silêncio da maioria dos jornais, a verdade brotou invencível, impôs-se. Hoje já ninguém—a não ser pela mais confessa má fé—ignora ou ousa ignorar que Domingos Pereira e Diamantino da Anunciação foram assassinados premeditadamente.

E a indignação dos amantes da lei? Essa não existe desde que os crimes passaram a ser praticados pela Legião Preta—por aqueles indivíduos que são pagos pelo Estado para fazer respeitar a lei.

São muito respeitáveis—os conservadores e os jornais que estão enfeudados às forças vivas.

Os espancamentos e a morte de Domingos Pereira

A conversa deslizou agora para o terreno dos espancamentos a presos. Arriscámos a seguinte interrogação:

—O que diz V. Ex.ª aos espancamentos dos presos?
—Os espancamentos de presos são de tal forma bárbaros e repugnantes que a minha sensibilidade de jurista e de homem da minha época me custa a aceitar como verdadeiros. Só os concebi no miguelismo e posteriormente no sidonismo como consequência daquele regime ditatorial.

—Mas há provas doutor...
—Não devo contestar, nem pretendo afirmar que elas existam! Há dias estava eu na redacção do *Mundo* quando duas mulheres ali apareceram com uma camisa envergada que me horrorizou. Ter que acreditar que aquele sangue era proveniente dos espancamentos causa-me calafrios, e a ser autêntico não sei como devo classificar os seus autores que, em meu entender, devem ser rigorosamente punidos.

—Não ignora que houve mais de que espancamentos. Duas mortes já se registaram...
—Bem sei. Também não posso asseverar que houvesse propósito da policia em as provocar. Simplesmente o que não concebo é que tendo a policia morto um dos presos por tentar fugir, segundo garantiu, viesse daí a dias usar o mesmo processo de transporte para um outro que ali considerava perigoso. Em boa lógica Domingos Pereira devia ter sido remetido de automovel do Governo Civil para a esquadra de Santa Marta e podia ser acompanhado por quatro policiaes.

—Se tal se tivesse feito não haveria mais uma vítima a lamentar e a policia não poderia ser lançada a suspeita de que o matou e premeditadamente.

Como se pulveriza uma especulação

A entrevista devia concluir aqui. O dr. Pestana Júnior tinha feito já o seu depoimento que juntamente com alguns outros de igual modo importantes esmaltam as nossas colunas e são a mais formal reprovação das medidas do governo Vitorino Guimarães.

Porém *O Século* de ontem, a propósito da prisão de Jaurés Américo Viegas, insinuava que o director das cadeias tinha contribuído com 1000\$00 para a «Legião Vermelha». Não perdemos o ensejo de ouvir o acusado. É a pergunta inevitável irrompeu:

—V. ex.ª pode dizer-nos o que há de verdade no caso de que *O Século* se faz eco?
—Sim, do melhor grado. Conheço Jaurés por ele ter cumprido na cadeia 20 meses de prisão por um delicto que foi julgado e absolvido. Tenho por ele uma certa comiserção, sentimento que me merecem todos os doentes como aquele rapaz.

—Doente?
—Doente, posso affiançar-lhe!
—Filho de pais alcoólicos, influem nele com tal poder algumas taras que lhe provocam accidentes como tive ocasião de observar. Mas, a pesar-disso não vá inferir que é devido a este sentimento que eu contribui na lista, que *O Século* se refere. Há mais e meio que não vejo Jaurés, não tendo contribuído nessa lista em que o órgão das «forças vivas» diz ter sido encontrado o meu nome.

Há pouco, quando me chamaram ao telefone, era o meu colega Ramada Curto que me perguntava se eu li a noticia. Respondi-lhe afirmativamente e obti como resposta que aquele advogado também não deu um centavo para a lista.

—Como se compreende a atoarda?
—Como se compreendem outras coisas. *O Século* está bem informado pela policia, mas desta vez ambos se enganaram.

«Mas não quero deixar de salientar o seguinte: Não contribuí como disse, mas se tivesse subscrito alguma verba numa subscrição que um homem em pleno gozo da liberdade me apresentasse não tinha que dar satisfação dos meus actos a quem quer que fosse.»

Um aperto de mão punha fim á entrevista. Dirigi-me-nos para a redacção do *veelho* pardieiro que serviu aos galanteios do

meio de mórvida excitação, com o desejo doentio de ser discutido, pretendendo propor o seu restabelecimento, provou que o país nutre a maior das repulsas por essa pena bárbara.

E a população quando manifestou repulsa pela pena de morte e a monarchia quando a aboliu, sabiam que ela só seria aplicada, após um prévio julgamento e facultando ao que dela estivesse ameaçado todos os meios jurídicos de defesa.

E, afinal a pena de morte foi restabelecida, e em condições ultra-bárbaras. E aplicada sem julgamento: o acusado não chega a aparecer no tribunal, não possui a faculdade de defender-se. Sumariamente a policia substitui-se á lei, e fusilou quem lhe apraz. Tem sido assim bastantes vezes. Foi assim nos Olivais. E não se protestou, achou-se normal, achou-se lógico, achou-se humano que a policia se sobrepuzesse á lei

Conde de Andeiro se chocavam sonoramente dando entrada a mais um preso.

O dr. Amâncio de Alpoim junta o seu protesto desassombroso aos protestos das consciências bem formadas

Também hoje depõe no nosso inquérito o brilhante advogado e membro do partido socialista, dr. sr. Amâncio de Alpoim.

A' nossa pergunta, responde assim o inteligente advogado:

—Vou falar-lhe com a rude franqueza de que me orgulho de sempre empregar quando me dirijo aos trabalhadores. Eles, de resto, já sabem que eu sou assim e não me levarão a mal.

—Como encara as deportações dos operários, sem julgamento prévio, ordenadas pelo governo?
—O caso, no seu aspecto jurídico, não tem discussão possível; atinge as raízes da pouca vergonha jurídica, mas eu bem sei que é perder tempo neste país e nas horas que vão passando, invocar a constituição ou a novissima reforma judiciária.

—Falemos portanto no aspecto moral e político do caso.

—Vivemos no país abranduram; toda a gente é amnistiada, toda a gente é absolvida menos os operários. Aos pobres «Juro com ellos», como se diz em Espanha quando se fala de cavalos. E, por tal forma se modificou no sentido da injustiça e da maldade a sensibilidade das novas «élites» que oigo, com frequência, defender o critério de que a policia é competente para impor e aplicar a pena de morte aos revolucionários sociais.

Após uma curta pausa:

—O meu amigo—recomeça o nosso entrevistado—talvez não calcule como as pessoas bem vestidas e bem jantadas desta abençoada terra rejubilam quando lhes chega a noticia de que foi fusilado um trabalhador... *fugitivo*...

«Esta orientação cruel das classes dominantes e do governo existe (desculpe que lho diga por que sei que não concorda) mercê da posição politica ou antes da falta de posição politica dos trabalhadores portugueses.»

«O bom burguez da nossa terra, ao ouvir os trabalhadores falando na revolução social imediata e alcançada pela violência extrema, apavoram-se e aplaudem todas as brutalidades que lhe pareçam úteis á sua defesa. Os politicos, sabendo que pela sua abstenção os operários lhe não prejudicariam a carreira eleitoral, batem-lhes em nome da ordem e despresam-nos porque, assim como não esperam votos favoráveis, dêles sabem também, com certeza, que os não terão desfavoráveis.»

Uma pausa e o nosso entrevistado continua:

«Quando isto assim continuar seguirá a dança dos protestos—protestos nos imprensa, nas repartições da policia, na imprensa e a especulação em torno do caso dos politicos com mal de franqueza que queiram armar á galeria e á simpatia dos trabalhadores esmagados. A *Batalha* deve encetar o caso como ele é. Diz o sr. presidente do ministério que não se trata de deportações mas sim, apenas, de fixações de residência.»

O dr. sr. Amâncio de Alpoim, ao pronunciar estas ultimas palavras, contrai levemente o rosto num sorriso de troça.

—Este sofisma infantil mascara uma trágica verdade—diz o nosso entrevistado, com veemência. E, retomando a sua habitual serenidade, continua:

—Efectivamente não se trata de deportações, são verdadeiras condenações á morte nos empastados presidios da Guiné. Poucos daqueles homens voltarão e os que voltarem virão minados do paludismo e da febre amarela.

E uma nuvem de tristeza paira no rosto do dr. Amâncio de Alpoim. Talvez—prosegue—tenha perdido até á clareza de espírito necessaria para dizer aos seus irmãos trabalhadores que é preciso reforçar no sentido de prática utilidade a acção do sindicalismo portuguez, para que não seja possível a repetição do crime de que elles foram vítimas...

Sobre a apreensão dos jornais diz-nos o dr. Amâncio Alpoim:

—Vivendo num periodo característico pelo domínio da força: o direito, a lei e a constituição, como já lhe disse, nada valem. Quem tem força fala ou grita, quem não a tem cala ou chia. Por enquanto são os democráticos a suspender os jornais dos outros. Amanhã serão os outros a suspender os jornais democráticos. Fica assim certo, e só sairemos daqui quando nos convençermos de que a policia se faz defendendo princípios e obtendo a sua realização pelo combate politico e nunca ao sóco e pontapé, bomba, tiro ou cacete.

Novamente observamos ao nosso entrevistado que eram os inimigos irreconciliáveis da intervenção politica.

—Protestar fica bem como desafio da alma. Não dá resultado nenhum o protesto quando é feito por um jornal da esquerda social, como a *Batalha*. Esse protesto apenas dá alegria aos inconscientes que perseguem, por que demonstra que a brutalidade magoou.

A questão chinesa

XANGAI, 19.—As negociações entre a missão diplomática de Pequim e as autoridades chinesas, para o apuramento das responsabilidades dos tumultos contra os estrangeiros, romperam-se sem que haja possibilidade de serem reatadas.

NO PARLAMENTO Os espancamentos e as deportações

O dr. sr. José Domingues dos Santos insurge-se contra o procedimento ilegal do governo e contra as iniqüidades da policia

Na sessão de ontem da Câmara dos Deputados o deputado Tavares de Carvalho atacou o ministro da Agricultura por o ter nomeado para uma comissão pró-barateamento da vida, não tendo depois feito caso das soluções apresentadas, e o ministro das finanças porque não resolveu a entrega das 400.000 libras emprestadas aos bancos pelo ex-ministro Rego Chaves.

A sessão foi suspensa ás 16,30 horas, por não estar presente o presidente do ministério, sendo reaberta ás 17,15.

Usou da palavra José Domingues dos Santos, dizendo que, quando se quer votar qualquer imposto, é a União dos Interesses Económicos quem maior opposição lhe faz. No entanto é aos seus componentes que cumpre pagá-los.

A força armada mantém-se principalmente para os defender, são elles sobretudo que têm de pagar os impostos, portanto.

Há quem entenda que o governo foi áspero contra os revoltosos de 18 de abril. Ele acha no entanto que o governo ficou aquém do que era de esperar, que não soube aproveitar a vitória.

«Ao lado dos militares revoltosos havia civis armados com bombas. Dias depois de vencida a revolta enviavam civis para as colónias, mas não eram esses eram os outros que queriam defender a república.»

Apodam-no de aliado da «Legião Vermelha», e, por esse motivo, não protesta ainda contra as deportações. Mas como diz sempre o que pensa vai referir-se a elas.

O deputado Cunha Leal disse, no parlamento, que ao serviço da Policia de Segurança do Estado estiveram elementos da «Legião Vermelha».

«Esse facto dá-se ainda no presente momento. O facto de se pagar a um homem para obter informações não significa que se pactue com as organizações a que esse homem pertence.»

Não conhece ninguém da «Legião Vermelha». Nunca com elles tratou. Quer dizer o que pensa das deportações.

«Os legionários são criminosos de delicto comum, e, para os castigar há no código um artigo sobre associação de malfiteiros. Quando presidente do ministério mandou soltar quem estava preso há mais de oito dias sem culpa formada, porque a lei assim o manda, nem querendo saber quem eram.»

O afastamento da lei é um abuso.

Os elementos da «Legião Vermelha» têm de responder perante os tribunais.

Sendo deportados, sofrem um castigo por tempo indefinido, pena que não existe nos códigos.

«Ao governo cumpre pôr-se dentro da lei fazendo-os regressar. É mais digno processá-los e julgá-los.»

Discorda das deportações feitas fora da lei.

Sabe de um deportado, que já foi julgado pelos seus delictos, tendo cumprido a pena, seguindo agora para o desterro porque a policia assim o entendeu.

Outro que cometeu um delicto foi preso, julgado e absolvido. A policia não concordou com a absolvição e fê-lo deportar.

Então a policia sobrepuz-se aos tribunais?

«Não pode deixar de protestar contra este facto.»

Sabe como são formados os cadastros policiaes, que dependem da boa ou má vontade da policia. E' ela que inventa os agitadores com cadastro.

Nem só do pão vive o homem

RENOVAÇÃO combaterá o privilégio da arte e da cultura pugnano pelo direito do povo ao prazer da vida e do espírito

No seu apostolado de divulgação de novos horizontes sociais, pretende a Secção Editorial de *A Batalha* com a revista *Renovação*, que vai editar, proseguir a obra de educação popular e emancipadora. *Renovação*, com efeito, pretende completar a propaganda por *A Batalha* e do seu *Suplemento*, por meio da emoção e do interesse artistico, sabido quão grande é a deficiência da propaganda pois este sistema sobre muita gente, sobretudo nas mulheres que gostam das ideias as mais atrevidas e rebeldes desde que lhes ofereçamos envoltas em bons sentimentos e diluídas através de episódios românticos e de beleza literária e artistica. Há espiritos superficiaes, refractários á doutrinarismo e filosofias para quem os artigos de documentação e demonstração são tidos como uma maçadaria. Há também pessoas de cérebros obtusos, fechados a todo o raciocínio em que os ideais não poderão penetrar pela porta do sentimento. Para estes, o aspecto gráfico, a fotografia, a caricatura são indispensáveis para compreender o que da leitura não apreendem difficilmente assimilar.

Esta é a acção magnifica destinada a realizar pela revista *Renovação*. Ela fará destacar, com o seu feitio magistral, leve, curioso e interessante e ainda pelo seu aspecto gráfico e pelas suas illustrações, o sentido artistico e emotivo que se desprende das nossas concepções libertarias, altamente humanas.

Renovação será o testemunho de que ao operariado não é indifferente as manifestações artisticas, as concepções de beleza. *Renovação* estará gritando alto e permanentemente *mentis!* áqueles que afirmam que os trabalhadores só se preocupam com

Não há ninguém no parlamento que não seja agitador; todos agitam ideias, e estão sujeitos a ser presos injustificadamente.

Por esse motivo ninguém pode concordar com as deportações sem julgamento.

Protesta contra os espancamentos nas prisões, que representam um atentado aos princípios de democracia. Os espancamentos representam uma monstruosa desumanidade.

Quando a policia agride um preso, sem respeito pela dignidade humana, não é a dor física que mais o atormenta, é a dor moral de se sentir transformado num farrapo.

Tem a certeza de se terem agredido presos.

Ainda há dias lhe mostraram a camisa dum preso, envergada, com sinais dos vergões de cavalo marinho.

É necessario proceder com rigor contra quem comete esse crime.

Enquanto isso se não fizer constituir-se há acusador publico desses individuos.

Os crimes da «Legião Vermelha» não justificam os processos usados pela policia. Um crime não justifica outro.

É necessario proceder com energia. «Hoje são os legionários agredidos, amanhã podemos ser nós.»

Referi-se á morte de Domingos Pereira, que a policia disse que pretendia fugir. Não cre que um individuo cego pensasse em tal.

Tem de se averiguar a verdade sobre esse caso.

O sr. Almeida Ribeiro informou que o corpo de Domingos Pereira esteve, oito dias, na casa mortuária do hospital. A autópsia, estando o corpo já em péssimo estado, nada podia esclarecer.

O orador continuando exige que se apurem responsabilidades. Não se pode ficar de braços cruzados quando a policia mata ou manda matar.

A policia cumpre zelar pela segurança dos presos.

É necessario que quem entre preso, no governo civil, tenha a certeza de não ter a sua vida ameaçada.

Se factos tão monstruosos se passassem durante o seu governo, não teria um momento de sono enquanto se não apurassem responsabilidades.

Não devem existir semelhantes processos numa democracia.

O sr. Agação Lança faz depois um longo discurso tendente a dar um aspecto de justiça ás deportações e de ataque ao transaccão governo de José Domingues dos Santos.

Amadure de Vasconcelos combate a atitude de Agação Lança. Protesta contra os espancamentos. Não é com esses processos que se purifica a sociedade—diz. Protesta contra as deportações de legionários, antes de se ter averiguado da sua culpabilidade. Qualquer individuo pelo facto de ser criminoso, nem por isso deixa de ser homem, e de estar ao abrigo das garantias constitucionais.

Carlos de Vasconcelos protesta contra uma acusação feita por Agação Lança de se terem fornecido bilhetes para as galerias a «legionários», no dia em que foi derrubado o governo José Domingues dos Santos. Diz que houve algum nesse dia que também forneceu bilhetes aos batoteiros.

Pedro Pita, Carvalho da Silva e Lino Neto usam da palavra para dizer que não foram parlamentares dos seus partidos que distribuíram esses bilhetes.

Notas & Comentários

Vivo ou morto?

Na madrugada de domingo transacto, a policia foi buscar a um dos calabouços do governo civil o operário manipulado de pão Manuel Pereira. Minutos depois os presos que se encontravam nos calabouços ouviram duas detonações de armas de fogo. Alguns momentos passaram e um policia—o que assassinou Diamantino da Anunciação—aparecia a buscar o chapéu de Manuel Pereira.

Não sabemos o que se teria passado. Publicamos esta informação, no intuito de que não seja indicado onde Manuel Pereira se encontra—vivo ou morto.

As façanhas do «doutor»

Os nossos camaradas Carlos José de Sousa e Luís Gomes Adão, do quadro gráfico deste jornal, foram ontem assistir á sessão da Câmara dos Deputados. Escutaram, com a compostura e o sossego que são apañados das pessoas que não pensam á maneira do sr. Agação Lança, o que lá ontem se disse. A' saída, a policia conduziu-os, sob prisão, para a esquadra do Caminho Novo.

A explicar a sua detenção, disseram-lhes